

A BIOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA: Analisando o abolicionismo em D. Pedro II

Mauro Henrique Miranda de Alcântara¹

RESUMO – A biografia, como gênero histórico, apesar de sempre questionada, resistiu e nunca deixou de ser produzida. De gênero “menor” da historiografia, a partir dos anos sessenta do século passado, um grande interesse pelo gênero foi retomado. Concebemos o fazer biográfico como algo caro aos historiadores e devido essa longínqua relação, muita informação pode ser visualizada a partir deste gênero para as pesquisas da área. No Brasil o personagem histórico D. Pedro II sempre despertou grande interesse de pesquisadores e do mercado editorial, diante disso, diversas obras sobre ele foram escritas ao longo dos últimos dois séculos. Percebendo este panorama, este trabalho visa utilizar as biografias do Imperador como fonte histórica, especificamente para esta comunicação as obras publicadas pela escritora BESOUCHET, pela antropóloga SCHWARCZ e pelo historiador CARVALHO.

Palavras-chave: D. Pedro II. Abolição. Biografia.

A biografia como fonte histórica

A relação entre a biografia e a história sempre foi de altos e baixos. Este gênero sempre viveu em uma gangorra de aceitação e rejeição. Porém nunca deixou de ser produzido. A veracidade da narrativa biográfica sempre levou a desconfiança por parte da História, além desta se ater, geralmente, a acontecimentos coletivos enquanto a biografia se destina mais a estudos individualizantes². A biografia fora considerada como “um domínio menor do conhecimento histórico, visto não proporcionar a quantificação e a generalização” característica da ciência histórica³.

Por outro lado, alguns historiadores, como Michel Vovelle, defende o gênero biográfico, acreditando que este valoriza o qualitativo e o individual da história em detrimento do quantitativo e coletivo⁴. Alguns como Waite, chega a afirmar que seria a biografia o principal gênero da ciência histórica, “pois esta é elaborada pelo povo, por pessoas”⁵. Para Handourtzet, ao trabalhar com a biografia, o historiador terá que compreender as questões estruturais e conjunturais, e irá deslizar entre a micro e macro-história, sendo este o maior benefício para a análise biográfica⁶.

Sem entrar em extremismos, entre ser o “melhor” gênero historiográfico ou o “menos” confiável, acreditamos que biografar é algo extremamente caro aos historiadores. Desde a antiguidade é um gênero muito produzido, portanto não é possível deixar a margem da pesquisa histórica. Compreender sua melhor utilização, talvez seja o maior desafio para os pesquisadores. Diante disso, Giovanni Levi criou quatro tipologias biográficas: Prosopografia

e biografia modal; Biografia e contexto; A biografia e os casos-limites; A biografia e hermenêutica⁷ que nos dá condições de avaliar a contribuição de determinadas biografias em seus respectivos contextos.

Atendo-nos à tipologia prosopográfica, que foi definida por Bonin: “a reconstituição de um conjunto de biografias, para detectar as características de um grupo social ou profissional”, fazer, portanto, do “singular plural”⁸. Percebemos então que há uma ideia onde uma pluralidade de biografias de certa localidade e/ou espacialidade, poderá levar a compreensão de diversos aspectos desse grupo. Portanto esta tipologia propõem diversidades de biografias (singular) para compreender aspectos plurais. No entanto, o que seria o inverso para a história? Diversas biografias de um indivíduo em determinado espaço de tempo? Visualizamos o biográfico, tanto como um gênero historiográfico, como um importante *corpus documental*.

As biografias podem servir de importante fonte documental para os historiadores, pois nelas podemos visualizar a construção e reconstrução da história de um mesmo elemento, porém em diferentes tempos:

(...) Trata-se de ter constantemente em presença as formas como os indivíduos e sua identidade são permanentemente inventadas e reinventadas: discursivas e materiais (suportes e técnicas de escrita da palavra), com mediações exteriores (a cidade, a religião, o poder) numa prática que é sempre implícita ou explicitamente coletiva⁹.

Portanto, além de fazer do “singular plural”, o gênero biográfico, pode nos trazer diversos olhares sobre um mesmo indivíduo histórico, onde a identidade, imposição do social¹⁰, pode ser constantemente reinventada, transformando-se dessa maneira em um importante instrumento para estudos da historiografia. Não reduzindo ao contrário, do “plural singular”, mas sim do “plural-plural”. Afinal teríamos uma gama de construções biográficas em diversos espaços temporais: “(...) o processo biográfico se tornou um instrumento de definição moral e na análise há uma forma de dar sentido ao meu próprio mundo”¹¹. Resumindo: este gênero poderá nos demonstrar como certas construções e desconstruções de história vão sendo realizadas no tempo. E como essas construções são muito particulares a quem escreve e aonde escreve.

Um caso emblemático na História do Brasil são as diversas biografias sobre D. Pedro II, o segundo e último imperador de nossa “breve” monarquia. Mais de quarenta obras foram publicadas em um espaço de pouco mais de cento e quarenta anos. Dentro das tipologias biográficas de Giovanni Levi, provavelmente encontraríamos, entre as quarentas, representantes em cada uma delas. Não teria esse vasto corpo documental algo a nos dizer?

Para que tantas obras fossem publicadas, algum tipo de interesse da academia e fora dela, esse personagem histórico deve instigar.

Finalizando essa breve consideração sobre a importância dos estudos biográficos, principalmente sobre a utilização deste gênero como fonte documental, e que dará suporte para o trabalho que estamos desenvolvendo, utilizaremos um trecho do texto *Grandezas e misérias da Biografia*, de Vavy Pacheco Borges:

(...) a biografia tem sido considerada uma fonte de conhecimento do ser humano: não há nada melhor para se saber como é o ser humano do que se dar conta de sua grande variedade, em espaços e tempos diferentes¹².

Dessa maneira, esperamos que através das biografias sobre D. Pedro II, podemos (re)construir a imagem deste estadista diante de um dos temas mais caros ao seu governo: a abolição da escravidão. Trata-se de um trabalho que está em seu início, onde acreditamos que mais necessitamos de contribuições do que temos algo a contribuir, porém divulgar resultados parciais de pesquisa não é apenas uma prática do meio acadêmico, como visualizamos importância para o engrandecimento e qualificação no resultado final.

As construções do abolicionismo em D. Pedro II: analisando biografias

Entre as diversas biografias publicadas por D. Pedro II, optamos, pelas escritas por Besouchet, Schwarcz e Carvalho por serem três figuras em espaço de tempo próximo, porém diferentes e possuírem formações diferentes. A primeira reconhecida como escritora, e famosa por outra biografia, a de Mauá, a segunda antropóloga e estudiosa do tema escravidão e o terceiro historiador e tem suas pesquisas calcadas no período Imperial. Esperamos, assim, visualizar as diferentes construções da trajetória de um indivíduo marcante no período do Brasil monárquico.

A biografia sobre o monarca, *D. Pedro II*, escrita por Carvalho¹³, discorre da formação do imperador ao seu amor pelas artes e ciência, do seu pragmatismo político à suas cartas apaixonantes a condessa de Barral. O trabalho norteia-se principalmente nos diários de D. Pedro e em cartas enviadas a condessa. Algumas cartas trocadas com políticos e cientistas, como Agassiz, apesar de em menor volume, colabora para ilustrar a vida do imperador.

No tema referente à abolição da escravidão, o livro traz informações interessantes. Para o autor desde a defesa de José Bonifácio em relação à abolição, passando pela lei para “inglês ver” sancionada em 1831, os bastidores da Lei Eusébio de Queiroz, as dificuldades de

aprovação da Lei do Ventre Livre e dos Sexagenários até chegando a Lei Áurea, todas elas, aprovadas e executadas por pressão da Coroa.

Para Carvalho¹⁴, o monarca nunca deixou de abominar a escravidão, porém na década de 1880 “mostrava-se menos empenhado do que à época do Ventre Livre”¹⁵. Nos momentos cruciais do processo abolicionista, quem sancionou as leis não foi o imperador, mas sim, sua filha, a princesa regente Isabel. Tanto na Lei do Ventre Livre (1871) quanto na Lei Áurea (1888). O motivo que gera curiosidade é que, segundo o autor, o monarca era muito mais reservado na defesa da abolição, e também sempre fora muito reservado quanto aos assuntos do governo. Nem mesmo a herdeira permitira que se intrometesse nestes assuntos e decisões. Porém nestes decisivos momentos e de grande batalha, onde o próprio imperador teve que recorrer a políticos de sua confiança para conseguir a aprovação, simplesmente deixou sua filha em seu lugar.

Podemos visualizar a construção da imagem de Pedro II, por José Murilo de Carvalho, como uma pessoa muito bem situada sobre os acontecimentos do país. Em anotações em seu diário ou em cartas enviadas, deixava claro que conhecia bem as mazelas políticas brasileiras. Podia-se entender que não declarar simpatia publicamente pela abolição fosse uma forma de preservar o regime de uma elite latifundiária escravocrata e que possuía grande poder no parlamento. Diante disso, sabia que este assunto era extremamente delicado, e nota-se na obra, que nos bastidores fez de tudo para acelerar a abolição. Porém com ressalvas para não atingir a continuidade do regime monárquico.

Em *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*, de Lilia Moritz Schwarcz¹⁶ descreve minuciosamente como se construiu a identidade monárquica no Brasil, principalmente a figura do imperador D. Pedro II. Utilizando de diversas fontes primárias e vários biógrafos, ela conseguiu reconstruir o cenário onde o império brasileiro foi erigido e as minúcias do poder político do monarca.

A criação de uma identidade americana para a monarquia brasileira, através do incentivo as artes e cultura e o resgate do elemento indígena e sendo este o representante “artístico” da nação, política diretamente influenciada pelo monarca, fez com que o elemento servil transparecesse em uma sociedade extremamente escravocrata. A relação do negro com a monarquia só apareceu nas campanhas abolicionistas pós Guerra do Paraguai, quando a pressão internacional e nacional começou a ficar insustentável.

Schwarcz, ao se indagar pelos motivos que levaram D. Pedro II a só declarar a guerra como vitoriosa com a deposição de Solano López, Presidente do Paraguai, seria, segundo ela

a irritação que o monarca ficou ao ser retratado ele, sua família e o seu império como um bando de macacos sanguinários, fazendo clara relação à escravidão existente no Brasil. Tais caricaturas eram expostas em jornais ligados diretamente ao governo paraguaio. Com essa caracterização da monarquia brasileira, a imagem de um país europeu na América que vinha sendo construída há décadas por incentivo do próprio Pedro II, seria manchada por um “caudilho” latino-americano, gerando grande insatisfação. Era expor a escravidão a olho nu, onde se mais queria era a esconder tal fato, para que ninguém enxergasse¹⁷.

Segundo a autora, o imperador sempre deixou a entender que era contra a escravidão, porém pela pouca mobilidade em avançar a abolição, é possível entender que era grande os obstáculos. A autora retrata que ao fim da Guerra Civil e conseqüentemente da abolição da escravidão norte-americana, o Brasil juntamente com Cuba passaram a serem os últimos países do ocidente a manter a escravidão. A pressão internacional aumentou e representantes emancipacionistas franceses enviaram uma carta para D. Pedro II clamando por medidas que decretasse a abolição, muito constrangido, o monarca respondeu dizendo que assim que fosse possível, devido a Guerra com o Paraguai, medidas seriam tomadas.

Após a guerra, o monarca voltou a retomar sua empreitada pela abolição, mesmo que de forma tímida como descrito pela autora. Tanto que a assinatura da Lei do Ventre Livre (1871) foi proferida pela Princesa Isabel, pois seu pai viajara para conhecer a Europa. Assim como Carvalho, Schwarcz se surpreende que nos momentos decisivos do processo de abolição, raramente o Imperador estava presente, deixando à regente como responsável. Isso é tema de discussão entre os historiadores, segundo autora, uns explicando que tal iniciativa do monarca era para que a princesa recebesse o prestígio desta jornada garantindo assim a sucessão, outros defendem que ele não queria se indispor com a elite latifundiária, detentora dos escravos e para isso se afastava de tais decisões¹⁸.

Foi construindo em D. Pedro II uma imagem de um rei do povo, e se afastando do Rei-Deus, típico do absolutismo, logo a pós a Guerra do Paraguai. Dessa maneira ele foi se aproximando mais da população, dispensando cerimônias luxuosas e até mesmo se distanciando dos bailes da corte. Esse rei-cidadão se aproximava da ciência que era a única que levaria ao progresso da nação. Diante dessa imagem, abolir a escravidão seria se livrar do atraso que essa instituição secular impusera ao país, e serviria de *álibi*, contra os defensores da escravidão e detentores do poder político e econômico: a aristocracia rural¹⁹.

A antropóloga descreve sinteticamente o processo emancipatório que se intensificou na década de 1880, com a pressão popular e de vários intelectuais. Estes tomaram conta das

ruas e dos jornais inflamando a população e pressionando tanto a Coroa quanto a classe política. Para a princesa Isabel e seus conselheiros, a abolição era inevitável, um processo natural, e que a antecipando poderia o regime ganhar dias de glória com tal façanha. Até mesmo os dois partidos (Liberal e Conservador) nesta altura (1888) já simpatizavam com esta ideia. Com a assinatura da Lei Áurea, cerca de 700 mil escravos foram libertados. Para Schwarcz, o número muito pequeno neste momento, foi fruto de um processo abolicionista natural, que vinha acontecendo desde o início da década de 1880, com a fuga em massa e/ou a indenização de escravos.

D. Pedro II estava longe. Assistiu o ato final do processo abolicionista à distância. Tinha viajado meses antes para a Europa por recomendações médicas. Foi saber da notícia somente no dia 22 de maio, portanto nove dias após o acontecido, através de uma carta enviada por Isabel, que a imperatriz teria lido, e segundo a maior parte dos biógrafos do monarca, ele teria dito a seguinte expressão: “Damos graças a Deus”, “Grande povo, grande povo!”²⁰. A autora detém a mesma dúvida que José Murilo de Carvalho, seria possível a regente Isabel ter tomado uma decisão dessas proporções sem o consentimento do Imperador?

Na obra *Pedro II e o século XIX*, Lúcia Besouchet constrói o mundo no qual estava inserido o Imperador do Brasil no Segundo Reinado. A maior parte da obra refere-se aos principais acontecimentos do mundo político, literário e científico europeu e o monarca visto como uma vanguarda se relacionava com esse ambiente. Utilizando-se principalmente de biografias de personagens contemporâneos a D. Pedro II: Victor Hugor, Gobineau, Pasteur, entre outros, também de correspondência trocadas entre o estadista e estes e demais figuras importantes da época e as “mulheres” de sua vida, a autora vai construindo esse mundo em pleno desenvolvimento. Os principais acontecimentos do Brasil são visto sempre como um pano de fundo na construção biográfica, e sempre lembrando a repercussão destes no estrangeiro.

O casamento das filhas com nobres franceses trouxe ao monarca a preocupação com a questão da escravidão. A situação do país ainda permanecer como escravocrata o fez tomar algumas decisões para amenizar a cumplicidade da Coroa com tal fato. Aproveitou a ocasião para libertar inúmeros escravos, não se restringindo a ele tal iniciativa, diversos nobres e religiosos também libertaram seus cativos. Certo conflito íntimo deve ter se apoderado do Imperador, pois ao mesmo tempo em que toma tal decisão o “governo do Brasil proibiu a entrada do romance norte-americano *A cabana do Pai Tomás*”²¹ de cunho abolicionista. O senso conciliador de Pedro II prevaleceu, tentando não demonstrar a face escravocrata do país

no exterior, mas também não desprestigiar os senhores de escravos, representantes políticos e base da economia nacional, com a aceitação de obras que pudessem incitar uma campanha abolicionista.

A Guerra do Paraguai trouxera novas preocupações a Coroa em relação ao tema escravidão. Uma comissão foi designada por D. Pedro II para avaliar a possibilidade de criar leis pró-abolição. Em relação à pressão da Junta Emancipatória francesa, que enviara uma carta a Coroa durante o conflito, a autora fez uma diferente abordagem. Como representante da França no Brasil, ela utilizou das notícias que Gobineau repassou a seu país sobre o tema. Para ela ele utilizou a mesma entonação que o monarca utilizara em resposta à Junta Emancipatória: medidas para o fim da escravidão era apenas questão de tempo. O diplomata francês era defensor da abolição da escravidão, mas compreendia a situação do Brasil e principalmente, do Imperador, de quem era amigo íntimo. Ao final da guerra, o Conde d'Eu, genro do monarca, pediu o fim da escravidão no Paraguai. Tal atitude iniciou uma forte pressão sobre o governo brasileiro diante de tal contradição. Lutar e libertar os escravos vizinhos, porém manter a escravidão no país²².

Diante deste cenário e com a preparação de sua viagem à Europa, D. Pedro II percebeu que precisava tomar alguma decisão: “O imperador compreendeu perfeitamente que uma reforma social era a única fórmula capaz de deter a avalanche republicana”. E essa “reforma” seria: “a modificação da mentalidade nacional e o julgamento das elites políticas pelo ‘crime da escravidão’”²³. Ele deixou aos cuidados do Visconde de Rio Branco pensar e executar tais reformas e a Isabel, a regência. Sob forte pressão viajou, alegando problemas familiares, pois sua filha Leopoldina havia falecido no estrangeiro. O país dividiu-se entre abolicionistas e contrários a ela, e quando ele já havia partido, a Lei do Ventre Livre foi aprovada em 1871. A fama por tal iniciativa recaíra ao Visconde do Rio Branco e esta “reforma” permitiu a permanência da Monarquia por mais quase vinte anos²⁴.

O abolicionismo surgira e fora defendido por membros da Família Real, porém a autora não aponta o Imperador como um abolicionista. Besouchet explica a não explicitação do posicionamento dele em relação ao tema, devido, a um conflito interno que ele teria entre o ser “sensível” (romântico) e o ser “político”, e ele teria adotado uma posição da “consciência moral” do país em relação à abolição²⁵.

A década de 1880 chegara com o crescimento da campanha abolicionista, diante disso D. Pedro II tinha se convencido da necessidade de “eliminação progressiva da escravidão”²⁶. A ida de José do Patrocínio à França em busca de apoio na luta pela abolição e uma carta de

Victor Hugo, um dos maiores poetas do século XIX e por quem o Imperador estimava muito, citando inclusive o monarca em sua carta, trouxera certa repercussão no Brasil, aumentando a pressão sobre a Coroa. Como consequência foi aprovada então a Lei dos Sexagenários: mais de 120 mil negros, maiores de 65 anos, foram libertados por essa lei, segundo Besouchet²⁷. O país aparentava viver um clima muito favorável à abolição, até mesmo na classe política, “era bastante reduzido o número de políticos que encarava com maus olhos a Abolição”²⁸. Além desta classe, a dos magistrados, religiosos, militares e até mesmo vários fazendeiros (que concederam alforrias em massa) estavam apoiando firmemente essa empreitada²⁹.

Ao final desta década, a saúde do monarca, apresenta-se na obra, definindo cada vez mais. Sua interação com os assuntos políticos parece cadê vez menos atuante, sendo assim, as crises da monarquia, principalmente a crise militar e a abolição, esteve longe de serem solucionadas pelas mãos ou instruções do Imperador. Quando da aprovação da Lei Áurea, derradeira para o fim da escravidão, a autora constrói uma analogia da situação do país com a de Pedro II, ambos enfermos, porém cita a primeira como a mais grave. A abolição destruiu a centralização do poder, núcleo que unira “a elite, o povo, o clero e os militares”³⁰. O fim da escravidão foi devido à questão espiritual daqueles que escravizavam: “O que se manifestou no Brasil foi o desejo de cada um se redimir do pecado original, e não de redimir os escravos”³¹, e também, se redimir do julgamento estrangeiro³².

Um fato interessante, é que na França um banquete foi organizado pelo Senador Vitor Schoelcher, com a presença de vários políticos para comemorar a aprovação da dita lei. Este foi realizado somente em 10 de junho. A demora foi para esperar a reabilitação de D. Pedro II. Porém ele acabou não comparecendo, mesmo tendo melhorado, e enviou como representante o Príncipe Pedro Augusto. A autora justificou que o não comparecimento foi devido o monarca ser o Rei de todos, inclusive dos contra a abolição: “Desejava continuar Imperador de *todos os brasileiros*, quaisquer que fossem os credos e as convicções políticas”³³. Percebe-se que apesar de chefe máximo do Estado brasileiro, o monarca aparece, na obra, como pano de fundo de todo este acontecimento. Não conseguimos visualizar a “mão” do Imperador neste episódio, ele foi receber a notícia somente no dia 22 de maio, através de um telegrama lido pela Imperatriz, cuja sua única expressão fora: “Graças a Deus!”³⁴.

Considerações Finais

Os autores, apesar de construírem de maneira diferente a trajetória do Imperador, trouxeram informações valiosíssimas, pela quantidade e variedade de fontes elencadas. O interessante que utilizarem em grande proporção as biografias sobre essa personagem publicadas anteriormente a deles. No que tange ao assunto importante para este trabalho, à abolição, na maior parte do tempo eles convergem como podemos visualizar abaixo.

Carvalho traça a vida de D. Pedro II como a “cabeça” do aparelho estatal brasileiro no século XIX, e como em sua volta, e geralmente com a sua aceitação, ocorre os principais eventos do país, inclusive o processo abolicionista.

Schwarcz define a vida do monarca com a construção do Estado Brasileiro, muito próximo do que fez Carvalho, porém esmiuçou toda a construção do “Imperador do Brasil” e as simbologias envoltas a ele. É possível perceber que antes de ser homem, Pedro de Alcântara era Imperador, para isso foi educado. Em relação à abolição é, dos três, a mais minuciosa em descrever esse episódio, e é perceptível na obra a mão do Imperador em todas as medidas tomadas para o fim da escravidão, apesar de certa dúvida em relação a Lei Áurea, que pôs fim a escravidão.

Besouchet analisa toda a trajetória de vida do Imperador passando pelo espaço temporal que ele viveu, o século XIX e caracterizando-o como um dos grandes homens deste século. A abolição é um dos temas que a autora mais se volta para os acontecimentos do Brasil. Porém a pressão estrangeira em relação ao tema está bem visível na obra. Pedro II aparece muito engajado para o ponta pé inicial, entretanto seu estado de saúde o deixa distante no processo final que pôs fim a escravidão.

Os três autores, ao descreverem o episódio Abolição, na trajetória de vida de D. Pedro II se assemelham em um ponto: nenhum deles afirmam categoricamente que ele fosse abertamente pró-abolição. Acima disso estava o posicionamento de Imperador de “*todos os brasileiros*” como afirmou Besouchet (1993, p. 494), portanto não deveria se posicionar diante de tal fato que poderia gerar grandes conflitos internos, ele não desejava repetir no Brasil a Guerra da Secessão estadunidense, descrição foi o ponto mais marcante do monarca com esse assunto. A pressão estrangeira em relação ao tema e o fato dele querer manter sua posição de uma pessoa amante das artes e da ciência, o levou a tomar atitudes quando ela chegou. A contradição de ser visto como um Rei adepto dos ideais de progresso da época, e reverenciado por isso em várias partes do planeta e ao mesmo tempo continuar existindo em

solo brasileiro a escravidão talvez seja o ponto que mais o fustigava. Somente Besouchet não deixa claro esse fato. Na realidade para ela Pedro II esteve sempre muito distante desse assunto, principalmente na reta final. Para ambos os autores ele nunca externou um sentimento a favor da abolição de forma oficial.

¹ Mauro Henrique Miranda de Alcântara. Professor de História do Instituto Federal de Rondônia, Campus Colorado do Oeste. Mestrando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Email: alcantara.mauro@gmail.com.

² MALATIAN, T. M. A biografia e a história. *Cadernos CEDEM*. Marília-SP: CEDEM, vol. 1, n. 1, p. 16-31, 2008.

³ MENDES, J. A. O contributo da biografia para estudos das elites locais: alguns exemplos. *Análise Social*. Lisboa, Portugal: *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXVII, p. 358, 1992.

⁴ Idem, op. cit.

⁵ Idem, op. cit. p. 358.

⁶ Idem, op. cit. p. 359.

⁷ Idem, op. cit.

⁸ Idem, op. cit. p. 360.

⁹ MALATIAN, T. M. A biografia e a história. *Cadernos CEDEM*. Marília-SP: CEDEM, vol. 1, n. 1, p. 23-24, 2008.

¹⁰ MONTAGNER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*. Porto Alegre: ano 9, n. 17, p. 240-265, jan/jun. 2007.

¹¹ BORGES, V. P. Grandezas e misérias da biografia. In: *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 218.

¹² Idem, op. cit. p. 215.

¹³ CARVALHO, J. M. D. *Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 276 p.

¹⁴ Idem, op. cit.

¹⁵ Idem, op. cit. p. 186.

¹⁶ SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 664 p.

¹⁷ Idem, op. cit.

¹⁸ Idem, op. cit.

¹⁹ Idem, op. cit.

²⁰ Idem, op. cit. p. 482.

²¹ BESOUCHET, L. M. *Pedro II e o século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 118-119

²² Idem, op. cit.

²³ Idem, op. cit. p. 188.

²⁴ Idem, op. cit.

²⁵ Idem, op. cit. p. 399.

²⁶ Idem, op. cit. p. 449.

²⁷ Idem, op. cit.

²⁸ Idem, op. cit. p. 452.

²⁹ Idem, op. cit.

³⁰ Idem, op. cit. p. 492.

³¹ Idem, op. cit. p. 493.

³² Idem, op. cit.

³³ Idem, op. cit. p. 494.

³⁴ Idem, op. cit. p. 499.